

Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União

Com fundamento no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e nos artigos 237, inciso VII, e 276, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução 155/2002, o Ministério Público junto ao TCU oferece

REPRESENTAÇÃO,
COM REQUERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR,

com o propósito de que o Tribunal, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública federal, decida pela adoção das medidas necessárias a conhecer e avaliar a natureza e a composição das despesas incorridas pelo Governo Federal com vistas a custear as férias do Presidente Jair Bolsonaro — ocorridas entre 18/12/2020 e 5/1/2020, que teriam alcançado a assombrosa quantia de R\$ 2.452.586,11 — bem assim a pertinência e a oportunidade desses gastos, considerando o momento atual, em que o País enfrenta uma das mais críticas crises de sua história, seja sob o aspecto econômico-financeiro, seja sob o aspecto sanitário-social.

Em pleno auge da pandemia, onde o número de casos de doentes e de mortes sobressaltam a população diariamente, e, ao mesmo tempo, o número de famílias desassistidas cresce de forma assustadora, em especial após o fim do chamado “auxílio emergencial” em dezembro passado, causou-me indignação a notícia de que o Presidente Jair Bolsonaro, em férias ocorridas entre 18/12/2020 e 5/1/2020, tenha gasto o exorbitante montante de R\$ 2.452.586,11 em menos de 20 dias (<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-gastou-mais-de-r-2-milhoes-nas-ferias-durante-a-pandemia/>):

As férias do presidente [Jair Bolsonaro](#) em Santa Catarina e Guarujá, do dia 18 de dezembro de 2020 a 5 de janeiro deste ano, custaram aos cofres públicos R\$2.452.586,11. Os dados foram levantados pelo deputado federal Elias Vaz (PSB), que divulgou os números nesta 5ª feira (1º.abr.2021).

Os valores foram obtidos após o congressista enviar à Secretaria-Geral da Presidência da República e ao Gabinete de Segurança Institucional requerimentos de informação. [Leia a íntegra aqui](#) (9 MB) e [aqui](#) (2 MB).

Os dados foram encaminhados ao congressista quase 3 meses depois. O ofício nº 57/2021/SE/GSI/GSI/PR, do Gabinete de Segurança Institucional, estima o custo R\$ 1.053.889,50 com manutenção e combustível dos aviões. Esse tipo de gasto é computado em dólares, que somaram U\$ 185 mil. A conversão foi feita pela equipe do deputado.

Estão inclusos nessa rubrica a locomoção terrestre, aquática e aérea do presidente, da sua família, de convidados e da equipe de profissionais que os acompanhou. Já o gasto com diárias da equipe de segurança ficou em R\$202.538,21.

“É um tapa na cara do brasileiro. Em plena pandemia, quando o Brasil registrava quase 200 mil mortes, o presidente torrava o dinheiro do povo com passeios. Enquanto isso, falta comida no prato de milhares de cidadãos atingidos em cheio pela crise”, disse o deputado. Eis os gastos:

DESPESAS COM AS FÉRIAS DE FIM DE ANO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO	
ELEMENTO DE DESPESA	VALOR GASTO
Gasto com cartão corporativo da Presidência	R\$ 1.196.158,40
Gasto com manutenção e combustível das aeronaves Convertidos em moeda nacional	R\$ 1.053.889,50
Gasto com diárias da equipe de segurança	R\$ 202.538,21
Total gasto nas férias do Presidente	R\$ 2.452.586,11

O ofício nº 152/2021/SG/PR/SG/PR, da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República, informa que a despesa com cartão corporativo nas férias de Bolsonaro foi de R\$1.196.158,40.

Os gastos nesse campo podem incluir desde hospedagem e alimentação até a contratação de profissionais ou empresas terceirizadas para prestação de serviços.

“Justamente em dezembro, quando o presidente cortou o auxílio emergencial alegando falta de recursos, teve um gasto milionário com férias. O valor total, mais de R\$2,4 milhões, daria para pagar o benefício de R\$300 para cerca de 8 mil pessoas. Mas a prioridade de Bolsonaro não é socorrer os mais atingidos pela crise”, concluiu Elias Vaz.

O deputado informou ao Poder360 que vai encaminhar os dados ao TCU. *“Aparentemente, há exageros. Impossível gastar isso tudo em tão pouco tempo”,* avaliou.

O GSI (Gabinete de Segurança Institucional) confirmou ao **Poder360** a veracidade dos documentos. *“O GSI confirma o seu ofício em resposta ao requerimento de informação de autoria do deputado federal Elias Vaz”.*

Segundo noticiado pelo Jornal Correio Braziliense (<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/04/4915558-bolsonaro-gastou-mais-de-rs-2-milhoes-com-ferias-durante-a-pandemia.html>), os gastos com cartão corporativo no montante de R\$ 1,19 milhão envolveram “despesas com hospedagem do presidente, sua família, **convidados** e toda a equipe de profissionais, alimentação e bebida consumidas por todos, **entretenimento (como veículos aquáticos, guias turísticos e outros serviços voltados ao lazer de todos que estavam na viagem)** e despesa com locomoção terrestre ou aquática”. (grifei)

Em um momento normal, tal montante já seria absurdo, todavia, na situação ora vivenciada, configura flagrante escárnio com o sofrimento do povo brasileiro.

Os fatos relatados nessa matéria jornalística reclamam, assim, a obrigatória e pronta atuação do Tribunal de Contas da União, com vistas a avaliar a natureza e a composição das despesas incorridas para custear as férias do Presidente Jair Bolsonaro, bem assim a pertinência e a oportunidade desses gastos, considerando o momento atual, em que o País enfrenta uma das mais críticas crises de sua história, seja sob o aspecto econômico-financeiro, seja sob o aspecto sanitário-social.

- III -

Do exposto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, com fulcro no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no artigo 237 do Regimento Interno do TCU, requer ao Tribunal, pelas razões acima aduzidas, que conheça desta representação a fim de que essa Corte de Contas, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle, decida pela adoção das medidas necessárias a conhecer e avaliar a natureza e a composição das despesas incorridas pelo Governo Federal com vistas a custear as férias do Presidente Jair Bolsonaro — ocorridas entre 18/12/2020 e 5/1/2020, que teriam alcançado a assombrosa quantia de R\$ 2.452.586,11 — bem assim a pertinência e a oportunidade desses gastos, considerando o momento atual, em que o País enfrenta uma das mais críticas crises de sua história, seja sob o aspecto econômico-financeiro, seja sob o aspecto sanitário-social.

Ministério Público, em 5 de abril de 2021.

(Assinado Eletronicamente)
Lucas Rocha Furtado
Subprocurador-Geral